

Regra clara no saneamento

Durante milênios, desde a Antiguidade, a expectativa de vida ao nascer se manteve em cerca de 35 anos. Um adulto poderia chegar aos 50 ou 60 anos, mas a média era puxada para baixo porque cerca de um terço dos recém-nascidos morriam na infância. Nos últimos 100 anos ocorreu notável melhoria, e hoje a expectativa de vida ao nascer supera os 70 anos na maior parte das sociedades. A população mundial cresceu quase 300%. Esse fantástico resultado ocorreu devido principalmente, a vários fatores, três dos quais se destacam porque têm salvado bilhões de vidas: fertilizantes, vacinas e saneamento.

O Brasil está bem no quesito fertilizantes, embora a guerra na Ucrânia tenha mostrado que é preciso aumentar a produção doméstica. Também estamos bem no quesito vacinas, apesar das *fake news*. É no saneamento que estamos mal: metade da população ainda não é servida com coleta e tratamento de esgoto.

Para sairmos dessa situação, estima-se que serão necessários investimentos de mais de R\$500 bilhões. Como não há recursos públicos disponíveis para isso - até porque o Congresso tem pulverizado significativa parcela do orçamento numa miríade de pequenas obras desprovidas de consistência sistêmica -, é preciso atrair a iniciativa privada.

Muitos investidores em infraestrutura para prestação de serviço público, inclusive saneamento, evitam países com baixo desenvolvimento institucional e democrático porque temem que ao longo do contrato de concessão, em geral de longa duração, possa ocorrer uma demagógica desapropriação de ativos, sem a correta indenização. Ou, o que é mais comum, que o Executivo ou o Legislativo interferiram em cláusulas contratuais para congelar preços e tarifas.

A boa notícia é que o mesmo Congresso que tem desperdiçado escassos recursos do orçamento e inchado a conta de luz com “jabutis” que beneficiam poucos e penalizam muitos, surpreendentemente acertou ao criar condições favoráveis à participação de empresas privadas no setor de saneamento. Desde a aprovação da Lei 14.026/2020, ocorreram diversos leilões de privatização que resultaram no comprometimento de desembolso de R\$ 70 bilhões, entre outorgas e investimentos.

A má notícia é que o Senado e as assembleias legislativas têm dado pouca atenção ao dever de sabatinar para valer os indicados a dirigentes de agências reguladoras - não apenas as de saneamento -, tanto na esfera federal quanto estadual. Seria necessário avaliar em profundidade, talvez com apoio de especialistas, se cada candidato atende aos requisitos mínimos de conhecimento e experiência fixados na legislação. Como não é isso o que em geral acontece, tem-se maior incerteza sobre a qualidade da regulação, menor competição por contratos e tarifas mais caras.

Jerson Kelman é engenheiro, foi presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico e da Agência Nacional de Energia Elétrica

Publicado no Jornal O Globo em 31/05/2022

